

Aquilo que quase todos sabemos sobre o (Grande) Porto, mas raramente temos disponibilidade para reconhecer.

- *Reflexões a propósito do papel do social no planeamento urbano -*

*Virgílio Borges Pereira**

Quer se queira quer não, o planeamento pressupõe sempre conhecimento - um conhecimento que se pode alimentar de muitos desconhecimentos e de enviesamentos -, pelo que colocar em cena a possibilidade de planear implica sempre a mobilização de algum património conceptual. As sociedades de hoje definem-se regularmente pela importância do conhecimento. Contudo, nem sempre este mesmo conhecimento é mobilizado, tanto no quadro do discurso comum como no do mais empenhado na resolução dos problemas práticos.

Com o objectivo explícito de documentar as minhas propostas e de simultaneamente resistir às eventuais acusações de utopismo heróico ou romântico que me poderão legitimamente fazer, procurarei ilustrar a relevância do conhecimento, em geral, e do conhecimento científico sobre o social, em particular, no planeamento urbano mobilizando informação de todos conhecida mas frequentemente tornada opaca e que tem a vantagem de me vir a servir de referência há alguns anos no âmbito dos estudos que desenvolvo - refiro-me obviamente ao caso do Porto e da sua Área Metropolitana.

Tendo o estatuto de caso eminentemente prático, esta solução tem ainda a vantagem de mais facilmente poder motivar um necessário e participado debate.

Proponho-vos assim que regressemos ao século passado, aos seus últimos anos, mas que tenhamos igualmente em conta o momento presente.

Com toda a brevidade necessária, o que se pode dizer acerca do Porto e do Grande Porto em termos sociais?

Mais do que uma resposta essencialista e rápida, penso que a melhor forma de retratar socialmente o Porto e a sua Área Metropolitana deve passar

* Sociólogo, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

por colocar uma visão relacional dos processos sociais no comando do olhar a construir. Tal quer dizer fundamentalmente que não se pode compreender totalmente o perfil dos processos sociais que caracterizam e marcam, em particular, concelhos como os do Porto sem ter em conta o modo como estes marcam os concelhos que o envolvem.

Assim, um primeiro elemento do retrato social do Porto passa necessariamente pela demografia da cidade e pela forma como esta se tem vindo a transformar numa *questão*. A questão demográfica no Porto tem aspectos marcantes: a cidade vive ao longo das últimas décadas do século XX um processo notável de declínio, declínio esse tão relevante quanto tem exactamente uma contrapartida contrária em alguns dos concelhos que envolvem a cidade. As mais notáveis das dimensões da questão demográfica no Porto consagram alguns dos domínios mais importantes a reter numa preocupação com o planeamento da cidade futura enquanto cidade viva e vivida e traduzem-se numa assinalável repulsão demográfica, num abrandamento muito visível do crescimento natural (muito por força de uma quebra forte da natalidade - o crescimento natural do Porto é o único que é negativo na Área Metropolitana do Porto ao longo das últimas décadas do século XX) com imediatas relações com a estrutura das famílias em que o maior protagonismo é detido pelas famílias reduzidas (2-4 pessoas), não sendo negligenciável o peso dos agentes sociais que vivem isolados (nenhum concelho da Área Metropolitana se aproxima a este nível do Porto). Atente-se a este propósito que o Porto é nas últimas décadas do século XX o único concelho em que os casais com filhos constituem menos de 50% das famílias existentes. Mas as componentes demográficas do retrato do Porto das últimas décadas não ficam por aqui. Deve registar-se o modo estruturalmente marcante das perdas populacionais registadas em contextos e freguesias específicas da cidade - com particular destaque para as da área central e do núcleo antigo, mas não esquecendo as da periferia (algo que os números do último censo reconfirmam) - e a forma como essa perda identifica processos (mais ou menos opacos) de perda de direito à cidade e de afirmação/constrangimento do direito exclusivo ao subúrbio nem sempre qualificado. A

este propósito não se pode deixar de registar a importância - sem quase comparação na Área Metropolitana - do modo como os portuenses envelhecem - sendo, por exemplo, muito fácil obter um retrato do que poderá ser o país daqui por vinte anos em termos de envelhecimento com uma visita a algumas das freguesias em que os mais velhos são mais de 20% da população, um retrato vivo do futuro...

Se é possível, com base nestes elementos, falar de uma questão demográfica na cidade do Porto e no Grande Porto, penso que também se poderá falar com alguma propriedade numa certa *questão social* (sobretudo se tivermos em conta o seu sentido mais conhecido na literatura sociológica). Ao contrário das visões orgânicas e essencialistas que encontramos a propósito do Porto e da sua região, penso que não é fácil fazer passar a ideia do Porto enquanto *nação* - seja esta uma nação muito *popular* ou de cariz mais elitista, burguês ou liberal; de resto, é frequente a solidariedade entres este tipo de retratos. Vale por isso a pena correr o risco de afrontar a assistência com algumas preocupações de alguns sociólogos e dizer que o Porto é uma cidade de profundos contrastes e divisões sociais, não escapando, à luz do conhecimento existente, muitos dos concelhos que o envolvem a estas lógicas.

Assim, se é evidente que o Porto é uma cidade habitada por gente com mais escolaridade do que a média do Grande Porto, também é evidente que ainda são muito densos os efectivos de agentes marcados por escolaridade destituída ou muito reduzida, não sendo em contextos específicos e conhecidos o analfabetismo e a iliteracia problemas resolvidos.

Existem ainda outras dimensões do que pode ser assumido como a questão social que têm no Porto um especial destaque e que se colocam, tal como é frequente na restante formação social portuguesa, em ampla articulação com os já enunciados processos de escolarização. Pense-se no Porto enquanto uma sociedade amplamente terciarizada, mas não se esqueça o peso histórico da indústria e sobretudo as marcas presentes da desindustrialização que a cidade tem vindo a sofrer e que, como também é sabido, produz efeitos sociais e económicos com profundas marcas territoriais: é ainda em algumas das freguesias que mais importância tiveram

na industrialização do século XIX e XX que se encontram as taxas de actividade mais significativas na indústria, não sendo inocente a relação que o desemprego - um dos efeitos mais fortes desta desindustrialização - tem com estes mesmos contextos, ainda que este não seja destas exclusivo. A este propósito é importante registar que na Área Metropolitana do Porto, devido aos factores aludidos (desindustrialização e deslocalização industriais que têm sobretudo impacto junto de segmentos pouco qualificados da mão-de-obra disponível), tem sistematicamente um grande protagonismo nas taxas de desemprego, sendo aqui as taxas regularmente superiores não só ao país como à região norte e ao Grande Porto. De resto, à luz da informação disponível, penso que o conhecido e muito discutido *pleno emprego* dificilmente terá chegado ao Porto - algo que não só se relaciona com as transformações no campo de actividade económica mas que não pode esquecer factores de tipo territorial e social na sua constituição, pensem-se nas taxas de desemprego superiores a 20% de alguns bairros citadinos específicos documentadas em estudo recente da Câmara Municipal e pense-se nos contornos mais marcantes da própria estrutura de classes sociais da cidade e dos concelhos envolventes.

Estas últimas dimensões introduzem-nos precisamente no núcleo duro da argumentação sobre o carácter contrastado e dividido - para não dizer segregado - da cidade existente. Contrariamente aos concelhos vizinhos da Área Metropolitana em que o maior protagonismo de classe era assumido pela classe operária, no início dos anos noventa do século passado e tal como acontece há algumas décadas, o Porto é sobretudo uma cidade de empregados de execução, tudo indicando - sobretudo quando tenho presente dados recentemente produzidos - que a dinâmica de afirmação da classe operária no Porto é descendente (ainda que continue a disputar os lugares cimeiros da densidade de ocupação de posições sociais). Por exemplo, enquanto na última década do século passado os operários industriais rondam os 40% da população activa em todos os concelhos do Grande Porto (sendo por vezes superiores), no concelho do Porto o operariado industrial quase não chega a 20% (19,9%) da mesma população activa. Contudo, não é só nestes posicionamentos de classe que as profundas diferenças que se desenham entre o Porto e os restantes concelhos mais se fazem sentir. Para além do protagonismo dos

empregados de execução, frequentemente pouco qualificados e precarizados nas suas relações salariais, não se pode esquecer o acentuado significado dos protagonismos de classe burgueses (empresários e dirigentes e profissionais) e pequeno-burgueses intelectuais e científicos que distinguem o Porto - no seu conjunto, cerca de 27% da população activa, algo que não tem comparação com os posicionamentos de classe característicos das populações activas dos restantes concelhos.

Na medida em que o grau de correspondência entre as lógicas do espaço social (que assim se começam a configurar com alguma clareza) e as do espaço físico socialmente apropriado são, em cidades como as que nos rodeiam, bastante grandes, é evidente que a problemática da divisão social do espaço físico estará no centro de qualquer projecto de leitura social e de desenvolvimento a implementar. Gostava, contudo, de reforçar que este elevado grau de correspondência não é linear e obedece a lógicas relativamente complexas em que se cruzam, por exemplo, (i) heranças do processo de industrialização portuense em que o padrão de divisão social do espaço acentua(va) diferenças de apropriação social deste mesmo espaço em termos de interior - desqualificado/ exterior - qualificado (ii) com os resultados mais evidentes da construção dos grandes bairros periféricos, (iii) eles próprios também, entretanto, já rodeados por novas pressões urbanas nem sempre marcadas pela desqualificação, (iv) assim como com a manutenção estrutural dos problemas de habitação antiga e degradada que caracterizam não todos mas alguns dos *bairros esquecidos* do núcleo antigo da cidade e da área central.

Sendo assim, importará conhecer detalhadamente de que modo estas lógicas do espaço social e do espaço físico socialmente apropriado através da habitação são afectadas pela questão demográfica atrás enunciada - aí está uma maneira (alternativa ao *perde - ganha*) de ler os resultados dos censos que começam a ser anunciados. Isto porque, na minha perspectiva, antes de ser um problema de envelhecimento, a questão demográfica na cidade do Porto é uma questão social que passa pela não fixação habitacional de jovens, sobretudo, suspeito eu, de categorias específicas de jovens condenados a

comprar uma parte de um possível sonho suburbano que nem sempre é garantido não passar a *pesadelo*.

Já vai longo este meu discorrer sobre o Grande Porto e Porto existentes, pelo que gostaria de destacar que estas lógicas sociais articuladas com o espaço físico são efectivamente marcantes e para o fazer nada melhor do que ilustrar o meu ponto de vista com mais uma exemplificação aplicada do que pode ser o modo de pensar relacional que subscrevo enquanto forma de leitura sociológica aplicada à cidade do Porto.

Conjugando analiticamente muita da informação a que tenho vindo a fazer referência, mais ou menos directa, pode afirmar-se com alguma segurança que no Porto se estruturam diferentes lógicas sociais que encontram uma franca articulação com o espaço físico (trata-se, com este procedimento de construir um *tipo real*, segundo a formulação cara a um sociólogo como Norbert Elias, da cidade existente).

A um nível ainda abrangente (e, por isso, não tão rico como pode ser o de um retrato feito com base em unidades de quarteirão, mas perfeitamente ilustrativo) como é o das freguesias, é possível identificar a estruturação de uma cidade envelhecida, afectada por processos de exclusão social e escolar - por isso, com elevado desemprego, muito débil presença de profissionais qualificados, analfabetismo muito acentuado - e marcada por elevadas densidades populacionais e por comportamentos políticos muito sensíveis aos fracos resultados da direita (CDS-PP) e a resultados mais fortes da esquerda (em particular o PCP).

Esta cidade popular e excluída opõe-se vigorosamente à cidade das baixas densidades populacionais, do analfabetismo muito reduzido e da formação escolar superior, do baixo desemprego e dos profissionais muito qualificados que votam mais frequentemente à direita e muito pouco à esquerda.

Entre cada um dos extremos encontra-se um dos núcleos relacionais de maior densidade e heterogeneidade social cidadãos. Este núcleo relacional está, contudo, muito mais próximo da cidade qualificada e burguesa do que da popular e excluída. As propriedades sociais mais associadas a si revelam precisamente isso: estamos aqui perante territórios marcados por agentes

qualificados social e escolarmente, com taxas de desemprego e de analfabetismo sensíveis a valores mais baixos, com alguma sensibilidade à juventude e a um voto no centro do espectro político mais orientado à direita.

Uma quarta lógica cidadina acentua fundamentalmente as diferenças geradas pela cidade dos bairros sociais, por isso, menos envelhecida, e pela maior dependência relativamente ao trabalho industrial e que tendencialmente tem um comportamento eleitoral no centro do espectro, ainda que mais marcado pelo seu lado esquerdo - PS.

Esta lógica opõe-se à cidade organizada em torno do trabalho nos serviços, sem bairros, mais velha e marcada pelos comportamentos políticos centrais sensíveis ao seu lado direito - PSD.

Para esclarecer todas as dúvidas relativamente ao modo como as diferentes freguesias se distribuem por estas lógicas, será também muito produtivo proceder a uma leitura do modo como estas acentuam as respectivas particularidades. Assim, o primeiro tipo de lógica relacional retratada é, como seria de prever, característico das freguesias do núcleo antigo (todas se incluem aqui, destacando-se a Vitória pela maior sensibilidade ao envelhecimento e a Sé pelos efeitos do analfabetismo e do desemprego elevados). O segundo tipo tem a sua lógica sediada, como também seria de esperar, na faixa atlântica e, em especial, em Nevogilde. O tipo intermédio entre estes dois localiza-se num conjunto diversificado de freguesias provenientes de contextos também diversificados da cidade: a Foz, pelas contradições que vai albergando entre privilégio e algumas desvantagens; Massarelos, área central sujeita a transformações que acentuam vantagens mas também capitalizam algumas fragilidades; Paranhos, a maior freguesia da cidade, sujeita a grande diversidade interna. O quarto tipo de lógica é característico das freguesias da periferia cidadina - Aldoar, Ramalde, Lordelo do Ouro e Campanhã (ainda que esta última se revele muito marcada pela lógica relacional fragilizada que também se encontra nas freguesias do núcleo antigo). Por fim, o quinto tipo de lógica coloca-nos perante a cidade da área central - Cedofeita, Bonfim e Sto. Ildefonso.

O desafio, agora, é evidente. Há que mobilizar este e muito outro conhecimento para o planeamento e, na prática, para a resolução dos problemas quotidianos das pessoas.

Sendo assim, como se pode mobilizar este conhecimento? Desde logo, é importante ter em conta que, em grande medida, muito deste conhecimento já é mobilizado. Contudo, tem de, definitivamente, apostar-se em estratégias que contribuam activamente para a resolução dos bloqueios existentes e, como se vê, há muito identificados. Começa a não haver desculpa. Se os modelos de organização social e política não funcionam - e, numa sociedade como a portuguesa, vale a pena dizer que agora assumo toda a componente utópica deste meu pensamento -, inventem-se novos modelos e descubram-se novas políticas e novas instituições políticas que tenham a coragem de afrontar corajosamente os estrangulamentos e bloqueamentos existentes. Na minha perspectiva, existe da parte dos agentes sociais não só uma responsabilidade social pelo presente mas também um legado que a acção no presente deixa para as gerações futuras. É fundamental, nomeadamente, para os detentores dos mais qualificados recursos sociais, económicos e políticos, interrogar o legado que deixam para o futuro. Sabemos que o legado deixado por alguns dos detentores destes poderes no passado não foi brilhante. Agora, é necessário saber qual será o legado dos detentores presentes?

Sugiro, por isso, que algumas das dimensões a consagrar no planeamento, e sobretudo no planeamento aplicado, podem e devem estar enformadas por modos de pensar relacionais marcados por preocupações de carácter social e sociológico.

Aqui vai, então, um breve programa (a que por razões de conhecimento sobre a lógica de funcionamento da sociedade portuguesa terei de chamar) utópico de planeamento urbano para o dealbar do novo milénio:

- colocar as pessoas - de forma reflexiva e participativa - no centro do projecto de planeamento, assegurando, entre outras componentes e de forma urgente a análise dos impactos sociais dos projectos a implementar e a discussão desses mesmos projectos;

- ter presente a história dos contextos e das vivências a que os contextos têm estado sujeitos, bem como as modalidades da sua produção e apropriação por parte das pessoas/ populações;
- atentar no modo de produção da vida quotidiana e perspectivar as intervenções - tanto globais como localizadas - a partir deste tipo de referenciais pensando e realizando soluções territoriais minimamente integradas, nomeadamente tendo em conta as articulações entre fenómenos que ultrapassam na sua (re)produção as barreiras das fronteiras administrativas entre os territórios;
- contribuir, neste âmbito, para a promoção de situações imaginativas dotadas de capacidade de romper com processos estabilizados e cristalizados de desigualdade e exclusão territoriais e sociais;
- acentuar a importância da capacidade inovadora resultante de situações sociais e territoriais susceptíveis de promoverem a diversificação das apropriações sociais e culturais, tendo em conta que a definição sociológica de cidade passa inevitavelmente pela consagração da diversidade como seu elemento constitutivo;
- pressupostos deste tipo de programas: assegurar a sustentabilidade (financeira, urbanística e de gestão) das medidas de intervenção territorial em que as componentes sociais são acentuadas; não ter uma visão estática e materialista do planeamento e ser capaz de investir nas pessoas.

Olhando para este programa, poderá parecer estranho voltar a enunciar propostas que toda a literatura sociológica urbana não deixou de levantar ao longo de mais de cem anos de estudo dos efeitos da modernização capitalista das cidades.

Como se vê, a proposta que defendo de leitura da relevância do social no planeamento urbano não é nova. Em alguns aspectos e em determinados contextos e locais existem resultados muito estabilizados de princípios e práticas de planeamento nela inspiradas - inclusivamente no Porto. Mas e, de algum modo, é isso que é preocupante, não sendo nova, não está tão generalizada quanto seria de esperar, assim se demonstrando a incompletude

dos projectos urbanos que nos envolvem (e que infelizmente não são um exclusivo local, regional ou nacional). Assim, não sendo nova e sendo incompletamente praticada, reassume pelo menos a necessidade de voltar a sublinhar a dupla centralidade do social no planeamento e intervenção territoriais: a centralidade das componentes sociais no desenho das cidades vividas e a viver - e se é central não é meramente acessória - e a centralidade da participação dos cidadãos na definição dessas mesmas cidades. Atente-se: cidade e cidadãos; ou seja, cidade qualificada (com *bom aspecto*, como agora tanto se deseja...) e com gente. Parece-me que passará cada vez mais por aqui a diferença entre as cidades vivas e vividas e as cidades adormecidas e colonizadas. A análise sobre os factores responsáveis pela colonização deixo-a para um outro momento, ainda que não tenha muitas dúvidas sobre por onde se deve começar a procurar.